



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140756 - MS (2020/0345481-8)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : JAIR ANTÔNIO DE LIMA
ADVOGADOS : MARCOS HAILTON GOMES DE OLIVEIRA - SP256543
DOUGLAS AUGUSTO FONTES FRANÇA - SP278589
MURILO DA SILVA PERUCHI - SP397503
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CORRÉU : WALDIR CÂNDIDO TORELLI
CORRÉU : PEDRO CASSILDO PASCUTTI

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por JAIR ANTÔNIO DE LIMA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL (HC n. 1412748-74.2020.8.12.0000).

O recorrente apresenta o seguinte relato:

O processo em tela discute o suposto não pagamento de Imposto estadual Sobre Circulação De Mercadorias e Serviços que a Empresa Amambaí Indústria Alimentícia LTDA teria obrigação de recolher. Os tributos foram lançados de ofício por meio das ALIMs nº 10758-E, 10673-E, 13276-E e tem como partes na denúncia o Sr. Waldir Cândido Torelli, Sr. Jair Antônio de Lima, Sr. Pedro Cassildo Pascutti e Sr. Hélio da Cruz Alencar, sendo estes considerados os responsáveis pelas condutas praticadas pela empresa Amambaí Indústria Alimentícia LTDA.

Em acordo com o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul foi firmado um Termo De Ajustamento De Conduta para que fossem parcelados os tributos que estão sendo discutidos na presente ação e outros que também foram negociados. O acordo permitia a empresa continuar com suas atividades, caso cumprido, e garantia o recebimento dos valores para o estado de forma parcelada. Tal acordo suspendeu totalmente a punibilidade dos supostos crimes tributários.

O ministério público, entretanto, talvez visando uma maior condenação por meio desse movimento ardiloso, distribuiu 3 ações penais conexas instrumentalmente entre si no mesmo dia, mas em comarcas diferentes, gerando assim a hipótese de existir 3 julgamentos diferentes sobre as mesmas condutas e mesmas partes.

Ainda que as denúncias sejam pautadas em ALIMs diferentes, todas elas foram geradas pelo suposto descumprimento do Termo De Ajustamento De Conduta assinado pelos Corréus e o Estado do Mato Grosso do sul, ou seja, todas as ações possuem origem no mesmo

documento. A distribuição de três ações penais, geradas por meio do mesmo documento, em três comarcas diferentes pode gerar uma grande insegurança jurídica, tendo em vista que a discussão iniciada pelo mesmo documento, com o mesmo assunto e as mesmas partes, pode gerar 3 decisões diferentes.

[...]

E tece, em resumo, as seguintes considerações:

Antes de adentrar-se as questões preliminares que impõem o trancamento do feito, por tratar-se de tema antecedente, há de se demonstrar a absoluta incompetência desse Juízo, para a presente ação penal, o que faz com que, ainda que se admitisse a possibilidade da ação, há a impossibilidade da jurisdição ser praticada por Esse Juízo, caracterizando em patente violação ao devido processo legal e ao direito à ampla defesa do réu, isso pois têm ele direito de só ser processado pelo Juízo competente, o que não é o caso.

[...]

Houve sim um descumprimento do TAC, mas foi por parte do Estado. O cumprimento do TAC pelo Acusado dependia das ações do Estado que nunca foram tomadas, tornando impossível o acusado cumprir sua parte da obrigação.

[...]

Além disso, processar essas ações dessa forma pode gerar mais de uma condenação com base pelo mesmo fato (TAC), tendo assim uma situação de “bis in idem”.

[...]

Todas as ações penais que existem embasadas no Termo de Ajustamento de Conduta devem ser processadas e julgadas pela comarca de Itaporã, sob pena de nulidade processual por não respeitar os princípios da ampla defesa e do devido processo legal.

Dessa forma, é patente a incompetência do presente juízo para julgar a ação, tendo em vista que existem outros processos com base no mesmo fato e com as mesmas partes que teve início anteriormente na comarca de Itaporã, sendo esta a comarca realmente competente para julgar os processos originados pelo Termo de Ajustamento de Conduta.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para suspender a ação penal originária. No mérito, pugna pelo trancamento do Processo n. 0800487-32.2011.8.12.0004 até ser designado para comarca competente para o seu processamento.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O recurso não merece conhecimento.

A verificação da competência para processar e julgar a ação penal, diante do contexto apresentado pelo recorrente, demanda reexame de fatos e provas, procedimento incompatível com a estreita via do *habeas corpus*. Deve a questão ser dirimida no trâmite da instrução criminal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, a, do RISTJ, não conheço do presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente